

Outro aspecto importante que caracteriza a produção brasileira recente é seu caráter interdisciplinar e a proximidade com os campos da sociologia e da administração. Dessa forma, autores(as) da sociologia como Robert Castel, Ulrich Beck, Luc Boltanski, Ève Chiapello, Zygmund Bauman, Ricardo Antunes, assim como da psicossociologia e sociologia clínica, como Eugène Enriquez, Vincent de Gaulejac, entre outros, fazem-se presentes no campo. Na psicologia brasileira e ciências afins, podemos indicar um grupo de autores(as) cujo trabalho se situa próximo ao campo de estudos da subjetividade no trabalho. Entre elas(es): Maria Elizabeth Barros de Barros, Tania Galli Fonseca, Maria da Graça Jacques, Carmen Grisci, Peter Spink, Edith Seligmann-Silva, Lery Sato, Henrique C. Nardi, Jaqueline Tittoni, Pedro F. Bendassoli, Marília Veronesi, Wanderley Codo, Tariana Rammingert, Álvaro Merlo, Selma Lacman, Ana Magnólia Mendes, Milton Athayde, Jussara Brito e Cláudia Osório Silva.

Compreender a subjetividade no trabalho é central para a psicologia, pois indica as formas como cada contexto sócio-histórico e cada cultura e subcultura específicas produzem um modo de ser sujeito no e para o trabalho; assim como configuram as possibilidades de transformação das expressões de cada sujeito singular na sua confrontação com as experiências que marcam a inserção social, a realização de desejos, o planejamento de vida e a felicidade. Esses são aspectos centrais que dão sentido à vida e que se materializam na esfera do trabalho, pelo menos desde que os ideais do trabalho livre e da igualdade política inauguraram o capitalismo e a modernidade nas sociedades ocidentais.

Referências

- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Foucault, M. (2004). *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard-Seuil.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Nardi, H. C. (2006). *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias da vida no contexto do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Rammingert, T., & Nardi, H. C. (2008). Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. *Interface*, 12, 339-346.
- Sennett, R. (2000). *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record.
- Sznclmar, L. I., Uchida, S., & Lancman, S. (2011). A subjetividade no trabalho em questão. *Tempo social*, 23, 11-30.

O trabalho “é uma prática transformadora da realidade que viabiliza a sobrevivência e a realização do ser humano”, afirma Malvezzi (2004, p. 13). De acordo com o *Dicionário básico de filosofia* (Iapiassu & Marcondes, 1990, p. 236), o trabalho é definido como a “atividade através da qual o homem modifica o mundo, a natureza, de forma consciente e voluntária, para satisfazer suas necessidades básicas”. No *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, uma das acepções de trabalho que encontramos é que se trata de um “conjunto de atividades produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim (Houaiss & Villar, 2001, p. 2743).

Uma característica comum a essas definições – e poderíamos prosseguir indefinidamente arrolando outras – é o fato de o trabalho ser uma atividade essencialmente humana. É bem verdade que é possível encontrar trabalho associado a organismos não humanos ou mesmo a máquinas, mas são alusões ao esforço envolvido no trabalho humano. Tal esforço é revestido, hoje, de ampla valorização social: o dito popular, “o trabalho enobrece e dignifica o homem”, é bastante conhecido e ilustrativo.

Todavia, nem sempre o trabalho foi socialmente aclamado. À própria origem da palavra remonta ao termo latino *tripalium*, um instrumento de tortura do exército romano constituído de três paus fincados no chão. Para Plão e Aristóteles, o trabalho era expressão da miséria do homem e os cidadãos deveriam ser poupados dessa atividade desgastante e degradante. Na *Bíblia*, o trabalho é associado ao sofrimento, conforme trecho de Gênesis, 3:19: “No suor do teu rosto comerás o teu pão”.

À valorização do trabalho é um fenômeno moderno. Diferente dos modos de produção anteriores ao capitalismo, fundados no trabalho servil – seja o escravo do mundo antigo ou o servo da gleba do período feudal –, o capitalismo é dependente do “homem livre”, que vende a sua força de trabalho. A elaboração ideológica correspondente ao trabalho subordinado ao processo de produção capitalista é a chamada “glorificação do trabalho” (Borges & Yamamoto, 2004). Porém, para discutir esse processo histórico, é necessário retornar ao conceito de trabalho.

Conceituando trabalho

O trabalho passa a ocupar lugar central na teoria econômica clássica, a partir da obra de Adam Smith e de David Ricardo, com o desenvolvimento da teoria do valor-trabalho. A teoria – e a centralidade ontológica do trabalho – ganharia expressão maior na obra de Karl Marx.

Para Marx (1867/1980a), o trabalho é uma atividade essencialmente humana e transformadora da realidade, um “processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla o intercâmbio material com a natureza” (p. 202). E, agindo sobre a natureza e a transformando, o ser humano modifica a sua própria natureza.

“Essencialmente humana” significa que o trabalho é uma atividade consciente, voluntária e que objetiva atingir um fim. É conhecida a passagem na qual Marx (1867/1980a) afirma que o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que o primeiro prefigura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. O resultado do processo de trabalho, portanto, já existia idealmente na imaginação do trabalhador. A especificidade da transformação da natureza pelo trabalho é, portanto, a prévia ideação ou, nos termos de Lukács (1981), trata-se de uma atividade teleologicamente posta.

O trabalho ocupa um lugar central no pensamento marxiano, concebido como a categoria fundante do ser social: uma forma exclusivamente humana de transformar a natureza e uma condição básica da existência humana. Conforme Lessa (1992, p. 39-40), a “gênese da categoria do trabalho corresponde à gênese de uma nova esfera de ser, de uma nova substancialidade, radicalmente distinta do ser apenas natural. [...] O trabalho fornece a protoforma, o modelo genérico, da práxis humano-social”.

Processo capitalista de produção: trabalho concreto e trabalho abstrato

Até este momento, tratamos de trabalho independente de suas formas históricas. Analisar o processo de trabalho capitalista requer a consideração da divisão social do trabalho, ou seja, tratar da desqualificação do trabalho e da alienação do homem com relação ao processo de trabalho.

A riqueza das formações sociais capitalistas, lembra Marx (1867/1980a), é configurada pela acumulação de mercadorias, a forma elementar dessa riqueza. O modo de produção capitalista está fundado na compra e venda de uma espécie específica de mercadoria, a força de trabalho. É importante observar que não se trata da negociação de trabalho, mas da força de trabalho, ou seja, de uma capacidade não específica de trabalho negociada conforme a necessidade de produção do capitalista. Trata-se, entretanto, de uma mercadoria especial, a única que, no processo produtivo, adiciona valor.

A venda e a compra da força de trabalho é possível, de início, pelo fato de, pela primeira vez na história, a produção ser realizada por homens livres. O trabalhador, despojado dos meios de trabalho, tem na venda da sua força de trabalho a condição única e básica para sua subsistência. Em segundo lugar, pela forma específica de organização do trabalho sob o capitalismo, que separa o trabalho manual do intelectual. O processo de trabalho capitalista, cuja síntese é a chamada gerência científica taylorista, compreende o parcelamento das tarefas, a expropriação do saber técnico do trabalhador que é incorporado à maquinaria e o despotismo do controle do processo.

A discussão da forma histórica que o trabalho assume sob a égide do modo de produção capitalista demanda o tratamento de sua dupla dimensão, a de trabalho concreto e trabalho abstrato. De acordo com Marx (1967/1980a, p. 54), “todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias”. Por outro lado todo trabalho é “dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso” (Marx, 1967/1980a, p. 54). Contudo, sob a vigência do modo de produção capitalista, a dimensão concreta do trabalho, ou seja, seu caráter útil, “desaparece”, subordinando-se à sua dimensão abstrata, na forma de “trabalho humano abstrato” (dispêndio de energias físicas e intelectuais), para a valorização do capital.

Portanto, considerado um momento fundante da sociabilidade humana, sob a égide do modo de produção capitalista, o trabalho – assalariado – assume a forma de trabalho alienado, com o produto resultante aparecendo ao trabalhador como algo alheio e estranho (Antunes, 1995). Nesse processo, o homem se torna estranho em relação ao próprio gênero humano (Marx, 1982, 1932/2004).

Observe-se, portanto, que a centralidade ontológica do trabalho postulada por Marx difere radicalmente do processo de exaltação do trabalho a partir de uma perspectiva utilitarista, decorrente da ética protestante analisada extensivamente por Weber (1905/1987).

A análise das formas assumidas pela atividade humana tem recebido a atenção de autores situados fora do espectro marxista e do campo da economia política. Hannah Arendt, para citar um exemplo, partindo de uma perspectiva filosófica, distingue trabalho de “labor” e de “ação”, como atividades humanas fundamentais. O labor correspondência ao processo biológico do corpo humano. “A condição humana do labor é a própria vida” (Arendt, 1958/1981, p. 15). O trabalho corresponderia ao que Arendt denomina de “artificialismo da existência humana”, produtor de um mundo artificial de coisas. A condição humana do trabalho é denominada por Arendt de “mundanidade”. A ação, finalmente, seria a única atividade exercida entre os homens e sem a mediação da matéria, correspondendo à condição humana de “pluralidade”.

Trabalho vivo e trabalho morto

As noções de trabalho vivo e trabalho morto nos remetem ao processo de reprodução ampliada do capital. De acordo com a equação clássica formulada por Marx (1867/1980a), o capital (C) posto no processo produtivo é convertido em capital constante (c) e capital variável (v), o primeiro correspondendo aos meios de produção e o segundo, à força de trabalho. Já mencionamos que apenas o trabalho valoriza o capital, possibilitando a extração da mais-valia. Esquematicamente, $C=c+v$ converte-se em $C=c+(v+\Delta v)$ no final do processo. A taxa de mais-valia, ou de exploração do trabalho,

corresponde à relação entre o trabalho necessário (o “v”, da segunda equação) e o trabalho adicional (acréscimo de “v”, o Δv).

O trabalho vivo corresponde, portanto, à segunda parte da equação. O trabalho morto, por seu turno, nos remete à primeira, ou seja, ao capital constante. “Constante”, é importante lembrar, nos termos marxianos, significa que esse componente da equação do capital não gera valor, apenas o transfere para o produto final. Dentre os componentes do capital constante, encontram-se produtos que são resultados de processos produtivos passados, tanto a matéria-prima quanto, e mais importante, a maquinaria. A incorporação crescente da maquinaria, em uma palavra, da tecnologia, é uma característica inerente ao modo de produção capitalista. É o que viabiliza o aumento da taxa de exploração (e consequente lucro capitalista), pela intensificação do processo de trabalho (extração da mais-valia relativa). Esses produtos de trabalhos anteriores incorporados ao novo processo produtivo, sem gerar valor, recebem a denominação de trabalho morto.

Aqui se situa uma importante e discutida tese de Marx (1894/1980b) desenvolvida em *O capital* sobre a lei da queda tendencial do lucro. De maneira sintética, o argumento marxiano é de que o processo de reprodução ampliada alteraria a composição orgânica do capital, demandando a crescente incorporação de trabalho morto em detrimento do trabalho vivo. Ou seja, a parte da equação do capital que produz valor decresceria proporcionalmente à parte que não gera valor, promovendo o decréscimo – tendencial – do lucro.

Ainda a respeito do trabalho morto, há uma ampla controvérsia, relativa ao papel da ciência no processo produtivo. Alguns autores defendem uma tese bastante polêmica de que, após a chamada “revolução informacional” (Lojkin, 1995), estaríamos presenciando o advento do “trabalho imaterial”, tese tanto contestada (Lessa, 2005, 2007) quanto amparada (Antunes, 1999) no campo marxista e em campos próximos (Lazzaratto & Negri, 1991; Lazzaratto, 1992). O “trabalho imaterial” consistiria naquela modalidade de trabalho na qual predomina a dimensão intelectual, seja no setor de serviços, seja nas atividades industriais mais informatizadas. No cerne da questão está a separação operada pelo chamado marxismo analítico entre “social” e “material” (Cohen, 1978), abrindo espaço para o entendimento de que existiriam atividades “imateriais”. Partindo da letra marxiana, a suposição da cisão entre “social” e “material” proposta por Cohen seria um contrassenso, uma vez que seriam formas distintas de matéria, mas sempre “materiais”.

Trabalho simples, trabalho complexo e o trabalhador coletivo

Ao analisar o processo produtivo capitalista, Marx (1867/1980a) faz mais uma distinção, entre trabalho simples e trabalho complexo. De acordo com Marx, o primeiro seria aquela modalidade indiferenciada de trabalho que apenas requer o dispêndio de força de trabalho, que qualquer homem, sem necessidade de educação especializada, é capaz de realizar. O trabalho complexo (ou qualificado), por seu turno, demandaria um

nível de especialização que permitiria potencializar ou multiplicar o trabalho simples. À despeito das diferenças entre elas, Marx assinala que ambas seguem a mesma legalidade, equivalendo-se nas relações de troca.

Uma marca importante do processo de produção capitalista é a transformação do produto de resultado direto de um produtor individual em um produto comum de um conjunto de trabalhadores, o “trabalhador coletivo”. Marx (1867/1980a) identifica três formas sociais de trabalho coletivo que se sucedem no desenvolvimento do modo de produção capitalista: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria. À cooperação simples corresponderia a um primeiro momento da produção capitalista, no qual um coletivo de trabalhadores ocupa um espaço comum sem que haja, efetivamente, uma mudança na forma de produção que tipificou o artesanato das corporações, mas tão somente uma diferença quantitativa. Na divisão manufatureira do trabalho, a cooperação adquire uma outra conformação, com uma significativa mudança do processo de trabalho. Nele, os trabalhadores parciais desempenham tarefas mais especializadas e estruturadas sequencialmente, articulando trabalhos simples e complexos. Finalmente, na grande indústria, substitui-se a base técnica dos períodos anteriores pela maquinaria. Não se trata mais do trabalhador em uma sequência operando sua ferramenta; aqui, o trabalhador deixa de ser sujeito do processo produtivo, transformando-se em um apêndice da máquina. A cooperação, agora controlada pela maquinaria, é ampliada.

Trabalho produtivo e trabalho improdutivo

No *Capítulo inédito d'O capital*, Marx (1975) faz uma distinção entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo. Partindo do pressuposto de que o produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, Marx denomina de produtivo somente aquele trabalho “que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia” (p. 93). Trabalhadores improdutivos, portanto, correspondem àquela massa de assalariados que não valorizam o capital, embora sejam imprescindíveis à sua reprodução. O crescente setor dos serviços, o setor financeiro e os funcionários do Estado estão nessa categoria.

É interessante notar que Marx afirma que um trabalho idêntico pode ser igualmente produtivo ou improdutivo. Um dos exemplos é o do “mestre-escola”: aquele que “ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo”. No entanto, “um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento [...] é um trabalhador produtivo” (Marx, 1975, p. 99). Adenda que a maior parte desses trabalhadores se submete apenas formalmente ao capital, pertencendo às formas de transição. Em suma, não há qualquer julgamento de valor separando o “produtivo” do “improdutivo”, além disso, o cerne da distinção não é a natureza do trabalho mas a sua posição no processo produtivo.

Crise e “fim” do trabalho

Um tema recorrente na discussão contemporânea sobre o trabalho, como uma das consequências da reestruturação produtiva e do surgimento das *novas formas de trabalho*, é a chamada “crise do trabalho” e a tese do *trabalho perdido* (Vain, 2008), que, na sua forma extrema, remeteria ao “fim da sociedade do trabalho”. Como essa questão será tratada em outros verbetes, a intenção deste tópico é tão somente indicar a articulação dessa questão com a tese da centralidade ontológica do trabalho postulada por Marx.

O ponto de partida é a constatação de uma desproletarização do trabalho industrial fabril nos países de capitalismo avançado (Antunes, 1995), resultando em um desemprego estrutural sem precedentes. A partir dessa constatação, um grande número de autores – como Jeremy Rifkin, André Gorz, Claus Offe, Jean Lojkin e Jürgen Habermas – para citar apenas alguns, partindo de perspectivas analíticas diversas, propuseram teses sobre a questão buscando refutar a centralidade do trabalho no capitalismo atual.

São teses polêmicas cuja abordagem em detalhes escapa ao objetivo deste verbete. Algumas indicações, contudo, partindo da perspectiva marxista, impõem-se. A primeira observação diz respeito ao reconhecimento de que, a despeito da redução de postos de trabalho no setor industrial e do crescimento do setor terciário, é impossível não reconhecer o fato de que ainda estamos na vigência de uma sociedade produtora de mercadorias. O que estamos testemunhando é uma diminuição no setor produtivo do trabalho abstrato, responsável pela criação de valores de troca. Já mencionamos essa questão quando tratamos da alteração da composição orgânica do capital em decorrência do aumento progressivo da incorporação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo.

A questão central aqui é se estamos nos referindo tão somente à crise do trabalho abstrato, como sugere uma leitura mais fiel à letra marxiana – como são os casos, por exemplo, de Kurz (1992), Antunes (1995) e Lessa (2007) –, ou também da sua dimensão concreta, ou seja, questionando o trabalho no papel de protoforma da atividade humana, como sugerem Offe (1989), Gorz (1982) e Habermas (1987).

Referências

- Antunes, R. (1995). *Adens ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (2a ed.). São Paulo: Cortez.
- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt, H. (1981). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1958).
- Borges, I. O., & Yamamoto, O. H. (2004). O mundo do trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade & A. V. B. Bastos (Orgs.), *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (pp. 24-62). Porto Alegre: Artmed.
- Cohen, G. (1978). *Karl Marx's theory of history – a defense*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Gorz, A. (1982). *Adens ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense.
- Habermas, J. (1987). A nova intraparencia. *Novos estudos Cêrrop*, 18, 103-114.
- Houaiss, A., & Villar, M. S. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Japiassu, H., & Marccondes, D. (1990). *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Kurz, R. (1992). *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de casterna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra.
- Lazzarato, M. (1992). Le concept du travail immatériel: la Grande Entreprise. *Multiplides Web: Futur Antérieur*, 10. Recuperado em 24 maio, 2012, de <http://multiplides.samizdat.net/Le-concept-de-travail-immateriel>.
- Lazzarato, M., & Negri, T. (1991). Travail immatériel et subjectivité. *Multiplides Web: Futur Antérieur*, 6. Recuperado em 19 setembro, 2014, de <http://multiplides.samizdat.net/Travail-immateriel-et-subjectivite>.
- Lessa, S. (1992). Lukács: trabalho, objetivização, alienação. *Trans/Form/Ação*, 15, 39-51.
- Lessa, S. (2005). *Para além de Marx: crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã.
- Lessa, S. (2007). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez.
- Lojkin, J. (1995). *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez.
- Lukács, G. (1981). *Ontologia dell' essere sociale II*. Roma: Riuniti.
- Malvezzi, S. (2004). Prefácio. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade, & A. V. B. Bastos (Orgs.), *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (pp. 13-17). Porto Alegre: Artmed.
- Marx, K. (1975). *Capítulo inédito d'O capital: resultados do processo de produção imediato*. Porto, Portugal: Escorpão.
- Marx, K. (1980a). *O capital (crítica da economia política) Livro 1: o processo de produção do capital* (Vol. 1, 5a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1867).
- Marx, K. (1980b). *O capital (crítica da economia política) Livro 3: o processo global de produção capitalista* (Vol. 4, 5a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1894).
- Marx, K. (1982). Extractos de lecturas (Extractos del libro de James Mills “Elementos d'Economie Politique”). In C. Marx & F. Engels. *Marx: escritos de juventud* (pp. 522-538). (Coleção Obras Fundamentales, vol. 1). México, DF: Fondo de Cultura Económica.
- Marx, K. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo. (Trabalho original publicado em 1932).
- Offe, K. (1989). *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense.
- Vain, F. (2008). *Le travail et ses valeurs*. Paris: Albin Michel.
- Weber, M. (1987). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira. (Trabalho original publicado em 1905).